

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Log-In Logística Intermodal S.A.

31 de dezembro de 2018 e de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Log-In Logística Intermodal S.A.
Rio de Janeiro – R.J.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Log-In Logística Intermodal S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Log-In Logística Intermodal S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a

descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Valor recuperável do imposto de renda diferido ativo

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro, um imposto de renda diferido ativo deve ser reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais esses prejuízos fiscais e os créditos fiscais acumulados possam ser utilizados.

Conforme divulgado na nota explicativa 12, a Companhia possui saldos relevantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes principalmente de prejuízos fiscais e base negativa acumulados no montante de R\$ 152.844 mil na controladora e R\$ 145.894 mil no consolidado.

A administração efetua a análise da recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo com base em projeções que contêm estimativas e estratégias fiscais para lucros tributáveis futuros. A avaliação da realização do imposto de renda diferido ativo é significativa para nossa auditoria em decorrência do processo de avaliação ser complexo e baseado em estimativas de lucros tributáveis futuros, os quais podem ser afetados por expectativas futuras sobre o comportamento de mercado e condições econômicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os testes de auditoria realizados sobre a avaliação da recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo incluíram, entre outros, o uso de especialistas tributários e de avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos reconhecidos no balanço patrimonial e sua consequente realização. Nossas análises incluíram a revisão das premissas e julgamentos utilizados nestas projeções, bem como as sensibilidades das projeções de lucro tributável. Adicionalmente: (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (ii) realizamos uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para avaliar a assertividade das projeções elaboradas pela Administração e sua correlação com os resultados subsequentes; e (iii) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o valor recuperável do imposto de renda diferido ativo, consideramos que as estimativas de recuperabilidade divulgadas na Nota 10, bem como os valores registrados no ativo e suas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2019,

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015.199/F-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ 090.174/O-4

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais, exceto valores por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A., (a “Log-In” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Avenida General Justo nº 375, 6º Andar, Centro. CEP 20031-130, Estado do Rio de Janeiro, e está registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

A Log-In e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) são uma operadora logística que tem como objeto principal o comércio de serviços marítimo de cabotagem, longo curso (MERCOSUL) e fluvial no transporte de cargas em geral; operar terminais terrestres e portuários. A Companhia oferece soluções integradas (*one stop shop*), para movimentação portuária e transporte de contêineres porta-a-porta, por meio marítimo, complementado pela ponta rodoviária, bem como pela armazenagem de carga através de terminais intermodais terrestres, além de transporte marítimo de granel.

As controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são:

Controladas e coligada:	% de participação e de capital votante	Sede da entidade	Atividade principal
TVV-Terminal de Vila Velha S.A.	99,90	Brasil	Portuária e armazenagem
Log-In Mercosur S.R.L.	94,00 (*)	Argentina	Apoio portuário
Log-In International GmbH	100,00	Áustria	Logística
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	100,00	Uruguai	Apoio portuário
Log-In Navegação Ltda.	100,00	Brasil	Cabotagem
Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	100,00	Brasil	Cabotagem

(*) Os outros 6% são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.

A Companhia possui quatro navios próprios em operação. Os navios que estavam em construção junto a estaleiro brasileiro tiveram os respectivos contratos de construção rescindidos, conforme mencionado no item c) da Nota 13. Em novembro de 2017, a Companhia contratou junto a estaleiro chinês a construção de uma nova embarcação com capacidade de 2.700 TEU, com entrega prevista para junho de 2019; e, em dezembro de 2017, referido contrato de construção foi transferido para a controlada Log-In Marítima, a qual, doravante, passa a assumir todas as obrigações decorrentes do contrato junto ao estaleiro.

A Companhia detém o controle acionário do Terminal de Vila Velha S.A. - TVV, o qual possui o contrato de concessão dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba no porto de Vitória - ES para a exploração portuária, por um período de 25 anos, iniciado em 10 de setembro de 1998, que poderá ser prorrogado, de comum acordo, por prazo igual ao originalmente contratado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$ 1.972 e de R\$ 6.097 negativo na controladora, bem como patrimônio líquido negativo de R\$354.627 no consolidado e de R\$354.746 na controladora, respectivamente. Destacamos que a Companhia tem servido todas as dívidas e está corrente com todas as suas obrigações com empréstimos e financiamentos e o patrimônio líquido negativo registrado na data-base de 31 de dezembro de 2018 decorreu em função principalmente do registro da provisão para *impairment* das embarcações em construção no estaleiro EISA, em junho de 2017, no valor de R\$502.028, conforme mencionado no item c) da Nota 13. A construção de novas embarcações, bem como o reperfilamento dos saldos dos financiamentos dos Cascos 504 (NV Jacarandá) e 505 (NV Jatobá) junto ao BNDES, onde a Log-In pagará durante 36 (trinta e seis) meses somente os juros dos respectivos financiamentos, permitirão a Companhia retomar a rentabilidade e sua situação patrimonial conforme previsto em seu plano de negócio.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião de 20 de março de 2019.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são as seguintes:

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas que requerem mais julgamento e possuem mais complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia efetuou a reclassificação para melhor comparabilidade de valores apresentados em 31 de dezembro de 2017, entre ativos e passivos de longo prazo e entre componentes da demonstração de resultado do exercício, tais reclassificações não impactam nenhum indicador financeiro e de performance da Companhia.

2.2. Consolidação

Incluem na elaboração da consolidação as operações da Companhia e das suas empresas controladas (Nota 1).

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em "R\$", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Variações monetárias e cambiais" no Resultado financeiro.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

- ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio média mensal a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações.
- iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de acumulados de conversão".

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa abordo de embarcações, fundo rotativo, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Ativos financeiros

3.3.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui apenas ativos financeiros ao custo amortizado.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes e por alienação de direitos contratuais, e de partes relacionadas", "Fundo da Marinha Mercante – AFRMM" e "Seguros a receber".

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não possuía operações com derivativos em aberto, conforme reportado na Nota 24.

3.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no Resultado Financeiro.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3.3 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- iv. torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

3.5 Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais, e de credores por adiantamento

Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais representam os valores a receber decorrentes dos adiantamentos e encontros de contas, no atendimento das embarcações e do modal rodoviário em operação pela Companhia, para posterior liquidação. Credores por adiantamento representam os valores recebidos pela Companhia, pagos pelos clientes por força contratual, a título de antecipação de serviços de transportes ainda não realizados. São incluídos também nessa rubrica os adiantamentos efetuados a agentes relativos à prestação de serviços portuários e rodoviários da Companhia.

3.6 Estoques

Os estoques representam os combustíveis a bordo das embarcações e materiais de consumo aplicado na prestação das atividades operacionais da Companhia. São avaliados pelo custo médio de aquisição, que não ultrapassa o seu valor líquido realizável.

3.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e os encargos relativos aos financiamentos para construção de embarcações são capitalizados durante o período de construção das respectivas embarcações, ajustados pelo efeito da aplicação do CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, quando for o caso.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, e quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Os custos de reparos e manutenções, exceto de docagem que são capitalizados e amortizados em cinco anos, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas a seguir:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Vida útil estimada (ano)
Embarcações (navios)	5%	20
Edificações e instalações	2% a 10%	10
Máquinas e equipamentos	7%	10 - 15
Móveis e utensílios e benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	10
Equipamentos de processamentos de dados veículos, benfeitorias em embarcações próprias e de terceiros e outros bens	20%	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.8 Intangível

No ativo intangível são registrados os gastos com aquisição de softwares e marcas e patentes registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Vida útil estimada (ano)
Softwares	20%	5
Concessões portuárias	4%	25

As concessões de serviço público, decorrente do contrato de exploração portuária da controlada TVV são registradas como intangível. As amortizações são reconhecidas pelo método linear no resultado baseando-se no prazo de concessão conforme estipulado em contrato.

3.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuiu apenas passivos financeiros ao custo amortizado.

3.11 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

3.12 Provisões operacionais

As provisões referem-se às estimativas de gastos operacionais, compostas basicamente por provisões para custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, bem como para gastos extraordinários com desmobilização de ativos.

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.14 Plano complementar de aposentadoria - Plano misto benefício VALE MAIS

A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

3.15 Remuneração com base em ações da Companhia

Os planos de remuneração baseado em ações para empregados da Companhia são mensurados periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios e metas, de acordo com os referidos planos. A Companhia constitui o passivo de seus planos à medida que os serviços são prestados pelos empregados elegíveis (*vest period*). As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado. Em 31 de dezembro de 2018 não havia nenhuma obrigação remanescente com planos de remuneração baseado em ações.

3.16 Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

O benefício do AFRMM aplicável às empresas de navegação marítima encontra-se descrito na Nota nº 5. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante-FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos (Nota 14) à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores aplicados foram utilizados para a amortização de parcelas de financiamentos obtidos junto FMM para a aquisição de embarcações.

3.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.18 Receitas com prestação de serviços intermodais

As receitas com prestações de serviços intermodais são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços. As receitas provenientes de transporte marítimo de carga geral (graneleiro) são reconhecidas no resultado quando do encerramento de cada viagem, bem como os custos correspondentes.

3.19 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3.20 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais (aluguel de embarcações) e, nesse caso, os bens não são ativados. A despesa de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

3.21 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

A atividade empresarial (segmento) da Companhia é centrada em logística intermodal. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem.

Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. A Administração da Companhia tem como base para tomada de decisões a intermodalidade dos seus serviços, considerando como um único segmento.

3.22 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como parte das demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3.23 Novos pronunciamentos que entraram em vigor no exercício de 31 de dezembro de 2018

O Grupo aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 47 / IFRS 15 Receitas de contratos com clientes - A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018 a IFRS 15 - Receita de contrato com clientes. A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco passos, aplicável no reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes. A IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um preço que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens e direitos. A Companhia realizou uma avaliação dos efeitos desse pronunciamento, tendo por base a natureza de seu negócio e dos seus contratos com clientes, para os principais fluxos de receita da Companhia. Dessa forma, no que diz respeito aos efeitos da IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, a Companhia tem identificado sua carteira de clientes ativos, bem como as demandas e exigências a serem cumpridas em cada contrato. A Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na adoção dessa norma.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018 a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Este pronunciamento traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de redução ao valor recuperável e novas regras para contabilização de hedge. As principais mudanças estão descritas a seguir:

- *Reconhecimento e mensuração* - De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo. A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras. A Companhia avaliou os seus modelos de negócio quando da adoção inicial da IFRS 9, em 1º de janeiro, e não identificou nenhum impacto significativo que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, pela adoção.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

- Redução ao valor recuperável - A IFRS 9 propõe a adoção de um modelo prospectivo de perdas esperadas em que a Companhia deve registrar contabilmente a expectativa de perda em créditos, e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, refletindo as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.
- Alterações no CPC 18 (R2) para esclarecimento de que a mensuração de empresas investidas ao valor justo por meio do resultado é uma opção que é efetuada por investimento – As alterações esclarecem que uma entidade que seja uma organização de capital de risco, ou outra entidade qualificada, pode escolher, no reconhecimento inicial em base de investimento por investimento, mensurar os seus investimentos em coligadas e joint ventures ao valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.24 Normas novas, alterações e interpretações de normas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2018:

As normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

Os novos pronunciamentos contábeis a seguir foram emitidos pelo IASB, mas ainda não entraram em vigor para o exercício de 2018. A Companhia avaliou seus efeitos e os impactos esperados em suas demonstrações financeiras, conforme resumido abaixo:

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil (Leases) - A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17, unificando o tratamento contábil dos arrendamentos operacionais e financeiros para o modelo similar ao arrendamento financeiro com impacto no ativo imobilizado e passivo financeiro. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019; a Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento de equipamentos operacionais nos quais atua como arrendador, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, e, à luz da norma IFRS 16 a Companhia realizou um levantamento de todos os contratos em vigor na data de 31 de dezembro de 2018 (no total de 545 contratos, consolidado), cuja avaliação e análise do objeto dos contratos à luz da aplicação da norma IFRS 16 resultou em 69 (sessenta e nove) contratos sujeitos a referida norma.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

O impacto da adoção será o registro de um passivo de arrendamento em contrapartida da rubrica de direito de uso, no montante aproximado de R\$64.728. A Companhia efetuará a contabilização pelo método retrospectivo modificado em 1 de janeiro de 2019. A partir da adoção, os direitos de uso serão amortizados tendo seus registros nos custos e despesas operacionais e as obrigações serão atualizadas por suas taxas efetivas com os registros correspondentes nas despesas financeiras. Segue quadro abaixo com os impactos estimados pela adoção deste pronunciamento:

RESUMO DOS EFEITOS DA ADOÇÃO DA NORMA IFRS 16 (CPC 06):

		Efeitos estimados para os períodos findos em:					
		Consolidado			Controladora		
		31.12.2020	31.12.2019		31.12.2020	31.12.2019	
		até	até		até	até	
Contrato:	31.12.2019	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2019	31.12.2022	31.12.2022	
Contratos arrendamento mercantil financeiro:							
.Leasing de equipamentos de containers	66	29.579	26.246	55.825	29.579	26.246	55.825
.Afretamento embarcações em bare boat	2	4.443	-	4.443	1.287	-	1.287
.Locação de imóveis em terminais portuários	1	4.460	-	4.460	4.460	-	4.460
	69	38.482	26.246	64.728	35.326	26.246	61.572

4. JULGAMENTOS CRÍTICOS NA APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica, na aplicação das perdas esperadas e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório:

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.8, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o período corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

4.2 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é efetuada pela Administração, suportada pelo julgamento dos seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

4.3 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda e, se houver essa avaliação, será feita com menor periodicidade, dentro de cada período.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

4.4 Estimativas do valor justo

As mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO

O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor.

A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. Esses recursos são restritos e só podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contra partida do passivo, no longo prazo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado, à medida em que cumulativamente ocorrem (i) a prestação de serviço de navegação (cabotagem, fluvial e lacustre) executados com embarcação própria ou afretada de registro brasileiro e (ii) os recursos tenham sido aplicados pela Companhia conforme as condições descritas no parágrafo anterior e registrados pelo Fundo da Marinha Mercante. Esses valores são confrontados com os valores das amortizações de financiamentos obtidos junto ao FMM, e quando aplicável, aos custos e despesas de docagem, correspondentes à geração do incentivo.

Nos exercícios de 2018 e de 2017, a Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM quando da amortização de financiamentos vinculados à construção de embarcações, na rubrica “Recursos com subvenção-AFRMM aplicados” no grupo receitas (despesas) operacionais no montante de R\$31.341 (R\$23.116 em 2017) aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos junto ao FMM, registrados na rubrica “Recursos com subvenção-AFRMM aplicados” no grupo receitas (despesas) operacionais. Os incentivos gerados que ainda não foram liberados pelo FMM montam R\$67.107 em 2018 (R\$51.227 em 2017), dos quais R\$67.107 (R\$51.227 em 2017) já foram aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos junto ao FMM.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

O quadro abaixo apresenta a posição da Companhia referente aos recursos junto AFRMM.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar (parcela liberada)	267	428	267	428
Ativo Circulante - Recursos a receber AFRMM por financiamentos amortizados (*)	31.516	33.532	31.516	33.532
	<u>31.783</u>	<u>33.960</u>	<u>31.783</u>	<u>33.960</u>
Passivo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	-	-	-	-
Ativo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	35.591	17.695	35.591	17.695
Passivo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	-	-	-	-
Demonstração do resultado:	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receitas (despesas) operacionais:				
.Recursos com subvenção-AFRMM aplicados	31.341	23.116	31.341	23.116
.Recursos com subvenção-AFRMM aplicados - reclassificado para resultado mensurado com ativos não circulantes-bens alienados	-	(200)	-	(200)
	<u>31.341</u>	<u>22.916</u>	<u>31.341</u>	<u>22.916</u>

(*) Montante a receber do FMM/AFRMM aplicado na amortização, com recursos próprios, de financiamentos obtidos para aquisição de embarcações.

A movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 está assim demonstrada:

DESCRIÇÃO	Movimentação no período									Saldo em 31.12.2018
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Liberações	Remuneração s/aplicação	IRRF e encargos de IOF	Valores indeferidos	Transferência p/Corrente	Transferência de Longo Prazo	Comissões BMDDES	
Valores liberados a aplicar (saldo)	428	140	15.255	79	(18)	-	66	(15.528)	(155)	267
Valores (créditos) a liberar pelo FMM	51.227	31.201	(15.255)	-	-	-	(66)	-	-	67.107
	<u>51.655</u>	<u>31.341</u>	<u>-</u>	<u>79</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.528)</u>	<u>(155)</u>	<u>67.374</u>
MOVIMENTAÇÃO NO BALANÇO:										
ATIVO:										
ATIVO CIRCULANTE										
.Fundo da Marinha Mercante-AFRMM										
.Parcelas liberadas (saldo)	428	140	15.255	79	(18)	-	(66)	(15.528)	(155)	267
.Parcelas a liberar (créditos)	33.532	1.523	(15.255)	-	-	-	11.716	-	-	31.516
	<u>33.960</u>	<u>1.663</u>	<u>-</u>	<u>79</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>(11.782)</u>	<u>(15.528)</u>	<u>(155)</u>	<u>31.783</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
.Fundo da Marinha Mercante-AFRMM										
.Parcelas a liberar (saldo)	17.695	29.678	-	-	-	-	(11.782)	(0)	-	35.591
	<u>17.695</u>	<u>29.678</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.782)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35.591</u>
	<u>51.655</u>	<u>31.341</u>	<u>-</u>	<u>79</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>(0)</u>	<u>(15.528)</u>	<u>(155)</u>	<u>67.374</u>
PASSIVO:										
PASSIVO CIRCULANTE										
.Fundo da Marinha Mercante-AFRMM										
.Parcelas liberadas (saldo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE										
.Parcelas a liberar (saldo)	-	31.341	-	-	-	-	-	(31.341)	-	-
	<u>-</u>	<u>31.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(31.341)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>31.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(31.341)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
MOVIMENTAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:										
Receitas (despesas) operacionais:										
.Recursos com subvenção-AFRMM aplicados	-	31.341	-	-	-	-	-	-	-	31.341

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/1976, alterada pela Lei 11.648/2007, o montante das subvenções para investimento-AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM) não estão sujeitos a tributação, devendo ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício (Nota 19). O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos).

O saldo remanescente das subvenções que não for mantido em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício, esse deverá ocorrer nos exercícios subsequentes.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, DEPÓSITOS RETIDOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras podem, a qualquer momento, ser resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate. Todas as aplicações financeiras estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia estão assim compostos:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos	3.492	37.565	1.054	35.348
Aplicações vinculadas a CDI(*)	13.538	13.989	12.188	13.647
	17.030	51.554	13.242	48.995

(*)Aplicações financeiras em CDB e em Debêntures Compromissadas vinculadas a CDI.

Depósitos retidos - referem-se a valores recebidos pela Companhia e retidos pelo Banco Itaú (R\$3.778 no consolidado e R\$2.713 na controladora, em 31 de dezembro de 2018; e R\$13.622 no consolidado e R\$10.690 na controladora em 31 de dezembro de 2017), em garantia de operações de empréstimo junto à referida instituição, para atender ao volume de boletos de cobrança emitidos pela Companhia, em processo de compensação bancária, estipulado nas referidas operações.

Aplicações financeiras - referem-se a valores aplicados junto ao Banco ABC, à taxa de 104% CDB.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Contas a receber de clientes	157.509	181.601	132.072	127.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.745)	(23.052)	(13.962)	(16.959)
	138.764	158.549	118.110	110.082

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Os valores componentes de contas a receber têm o seguinte prazo de recebimento (*aging list*):

Aging do contas a receber:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Valores a vencer	99.467	118.850	86.185	74.694
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	15.794	19.253	12.279	16.376
De 31 a 90 dias	11.653	14.404	10.192	13.789
De 91 a 180 dias	11.850	6.042	9.454	5.223
De 181 a 360 dias	3.662	5.163	3.465	4.612
Acima de 360 dias	15.083	17.889	10.497	12.347
	<u>157.509</u>	<u>181.601</u>	<u>132.072</u>	<u>127.041</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas esperadas na realização dos créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na avaliação de risco de crédito efetuada pela Companhia; esta perda esperada considera o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem e as respectivas garantias reais recebidas, bem como expectativa de fluxo de caixa destes recebíveis. O histórico recente de perdas está consubstanciado no quadro abaixo, em “baixas em contas a receber”, além dos valores adicionados em provisão nos exercícios mencionados.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa teve a seguinte movimentação:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Saldo iniciais	(23.052)	(21.986)	(16.959)	(16.102)
Adições	(2.570)	(4.010)	(2.302)	(3.801)
Baixas em contas a receber	6.877	2.944	5.299	2.944
Saldo finais	<u>(18.745)</u>	<u>(23.052)</u>	<u>(13.962)</u>	<u>(16.959)</u>

Contas a receber de clientes - não circulante:

O montante de R\$16.749 refere-se a créditos a receber, registrados pela controlada TVV junto à VALE referente a obrigações contingenciais (vide Nota 18), amparado por interpretação jurídica do Acordo de Indenização firmado em 23 de março de 2007 com a VALE S.A. pela Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas, anteriormente classificadas como “partes relacionadas”, que foram reclassificados para rubrica Contas a receber de clientes, em face de a VALE não ser mais considerada parte relacionada, pela alienação de sua participação na Log-In no final do exercício de 2013. Em face do resultado do julgamento do processo de arbitragem pela Câmara de Arbitragem, a Companhia provisionou o montante de R\$16.749 (vide Nota 17) e estuda as medidas a serem implementadas com a VALE, no sentido de reconhecer seu direito no processo.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Contas a receber partes relacionadas	16.749	16.749	-	-
Provisão para perdas estimadas	(16.749)	(16.749)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

8. PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas e ligadas relacionadas na nota explicativa nº 11, cujas transações seguem condições e preços praticados no mercado, bem como com empresa acionista, suas empresas ligadas e de operações de empréstimos de mútuo. As transações com partes relacionadas são compostas como segue:

	Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Velha S.A.-TVV (a, b)	-	-	-	-
Log-In Mercosur (a)	-	-	-	-
Log-In Logistics GmbH (a)	-	-	-	-
Log-In Uruguay (a)	-	-	-	-
Outras (a)	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Velha S.A.-TVV (a, b)	2.185	36.115	1.345	25.695
Log-In Mercosur (a)	3.136	9.041	3.106	6.783
Log-In Logistics GmbH (a)	1.195	854	14.158	-
Log-In Uruguay (a)	68	412	37	123
Log-In Navegação (a)	5.996	26	7.922	8.477
Log-In Marítima (c)	1.585	-	8.549	-
	<u>14.165</u>	<u>46.448</u>	<u>35.117</u>	<u>41.078</u>

Representados por:

	Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas - Circulante (a)	-	-	-	-
Partes relacionadas - Não Circulante (b,c)	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas - Circulante (a)	12.580	22.045	26.568	24.968
Partes relacionadas - Não Circulante (b,c)	1.585	24.403	8.549	16.110
	<u>14.165</u>	<u>46.448</u>	<u>35.117</u>	<u>41.078</u>

Notas:

- (a) Referem-se apenas a valores a receber e a pagar relativos às operações e transações comerciais das empresas do grupo Log-In.
- (b) O montante de R\$24.403 (montante de R\$16.110 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à operação de empréstimo de mútuo tomado junto à controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A., com encargos equivalentes a 104% do CDI.
- (c) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital concedido à empresa controlada (R\$1.585 em 31 de dezembro de 2018 e R\$8.549 em 31 de dezembro de 2017).

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

As operações comerciais realizadas com partes relacionadas totalizam os montantes discriminados abaixo:

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2018		31.12.2017		31.12.2018		31.12.2017	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Log-In Navegação	-	-	-	-	918	36.764	1.111	14.806
Log-In International GMBH	-	-	-	-	-	3.109	-	1.376
Terminal de Vila Velha S.A - TVV	-	-	-	-	-	4.514	-	4.231
Log-In Uruguay	-	-	-	-	-	-	-	-
Log-In Mercosur	-	-	-	-	650	1.401	-	1.313
	-	-	-	-	1.568	45.788	1.111	21.726

Representados por:

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2018		31.12.2017		31.12.2018		31.12.2017	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes	-	-	-	-	918	39.873	1.111	16.182
Serviços	-	-	-	-	650	4.920	-	4.195
Receita/despesas financeiras	-	-	-	-	-	995	-	1.349
	-	-	-	-	1.568	45.788	1.111	21.726

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 2018 totaliza R\$12.247 no consolidado e R\$11.350 na controladora (em 2017 - remuneração de R\$10.399 no consolidado e de R\$9.352 na controladora), relativo a benefícios de curto e longo prazos, conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Benefícios:				
Remuneração	12.203	7.744	11.306	6.697
Plano matching	44	2.655	44	2.655
	12.247	10.399	11.350	9.352

Pessoal-chave: Conselheiros, Diretores Estatutários, Diretores e Gerentes.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

	Circulante			
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
IRRF sobre aplicações financeiras e terceiros	809	2.483	730	940
Imposto e renda e contribuição social - antecipação	13.552	9.511	10.120	6.454
PIS e COFINS a recuperar ou compensar	17.878	21.589	7.293	10.258
Tributos a recuperar (indébitos fiscais contribuições sociais) (a)	9.642	-	-	-
INSS a recuperar ou compensar	3.103	3.202	155	248
ICMS e IOF a recuperar ou compensar	1.733	502	1.139	152
Outros	16	16	11	11
	<u>46.733</u>	<u>37.303</u>	<u>19.448</u>	<u>18.063</u>

	Não circulante			
	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Tributos a recuperar (a)	68.916	-	-	-
Ativo contingente - FAP a recuperar (b)	1.824	1.824	1.316	1.316
	<u>70.740</u>	<u>1.824</u>	<u>1.316</u>	<u>1.316</u>

- a) A Companhia e sua controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A. vem realizando estudos e análises sobre os efeitos tributários incidentes sobre suas operações, notadamente no que tange às contribuições sociais PIS/COFINS. Tais tributos a recuperar decorreram de indébitos fiscais.
- De forma preventiva e por meio de medidas judiciais, a controlada TVV buscou a declaração da não incidência das contribuições para o PIS e a COFINS sobre os serviços prestados para pessoas jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, cumulada com pedido de declaração do direito de compensar o indébito tributário gerado pelo recolhimento indevido das contribuições nos dez anos anteriores ao ajuizamento da ação, que foi distribuída no ano de 1998.
 - Recentemente, a controlada TVV obteve decisão em que, confirmando o entendimento pacífico dos tribunais superiores, foi reconhecida a não incidência das referidas contribuições sobre os serviços prestados para armadores estrangeiros, possibilitando a recuperação dos valores recolhidos no período de dez (10) anos anteriores ao ajuizamento da ação, que foi distribuída no ano de 1998, cujo levantamento consolidado é estimado pela Companhia em cerca de R\$79.892 (sendo R\$33.990 referente ao principal e R\$45.902 referente a atualização monetária) atualizados até 31 de dezembro de 2018. Desses montante, uma parcela de R\$1.364 foi já realizada no final do exercício, cujo saldo de R\$ 78.558 é composto por R\$ 9.642 (CP), mais R\$ 68.916 (LP), conforme quadros anteriores.
 - Dessa forma, considerando que o direito creditório está qualificado como “praticamente certo”, respaldado em parecer de consultores externos e com entendimento de consultores jurídicos da Companhia, a controlada TVV reconheceu em seus registros contábeis os valores correspondentes aos referidos créditos.
 - O Processo relacionado a esse crédito teve seu deferimento consubstanciado no Despacho Decisório nº 1693/SEORT/DRF/VIT/ES, de 13 de dezembro de 2018; a habilitação desses créditos foi reconhecida por decisão judicial transitada em julgado e será recepcionada pela RFB, após prévia habilitação do crédito, fato já ocorrido. Em consequência, o TVV compensou uma parcela de R\$1.364 do referido montante, conforme mencionado.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

- b) Em 2010 e 2011 a Companhia recolheu valores de RAT (Riscos de Acidente do Trabalho) a maior, com alíquota de 3%, baseada no Decreto 6957/2009. Em face do Decreto 3048/1999, cuja alíquota correspondia a 1%, a Companhia reconheceu a diferença de 2% como ativo contingente, via medida liminar, decorrente do direito sobre a majoração dessa contribuição.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e de contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.662	(652.912)	(33.071)	(653.606)
Crédito (despesas) de imposto de renda e de contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	(905)	221.990	11.244	222.226
Ajustes (efeito de 34%):				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	9.782	(11.688)
Receitas subvencionadas (AFRMM aplicado)	10.656	7.860	10.656	7.860
Outras subvenções com créditos fiscais	781	-	781	-
Resultado de subsidiárias no exterior	(2.926)	(12.378)	-	-
Despesa de imposto de renda de subsidiária no exterior	(2.118)	(688)	-	-
Lucro disponibilizado de controlada no exterior	(1.667)	(603)	(1.667)	(603)
Reversão (provisão) para perdas créditos fiscais imposto de renda e csll	(2.360)	(170.996)	6.380	(170.996)
Diferenças permanentes	1.851	858	1.897	(67)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>3.312</u>	<u>46.043</u>	<u>39.073</u>	<u>46.732</u>

O saldo do ativo diferido é composto conforme descrito no quadro abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Sobre prejuízos fiscais	99.574	100.836	99.574	100.836
Sobre base negativa de contribuição social	40.147	40.601	40.147	40.601
	<u>139.721</u>	<u>141.437</u>	<u>139.721</u>	<u>141.437</u>
Sobre diferenças temporárias	6.173	(2.557)	13.123	(26.061)
	<u>145.894</u>	<u>138.880</u>	<u>152.844</u>	<u>115.376</u>

A realização desse ativo fiscal diferido está fundamentada em Estudo Técnico, que apresenta expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que permitem a utilização desse ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos. No Exercício de 2018 a Companhia realizou R\$1.716 desses créditos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro real apurado tributável de 2018 (R\$3.906 em 31.12.2017, bem como se utilizou de parte de seus créditos fiscais para compensação de obrigações fiscais, no montante de R\$10.853, em conformidade com o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Lei nº 13.496/17, no exercício de 2017). Para os créditos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro líquido diferidos em 2017, no montante de R\$170.996, no Consolidado, foram constituídas provisões correspondentes aos referidos montantes para eventuais perdas que possam ocorrer em suas realizações.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Nos últimos dois exercícios findos em 31.12.2017 e em 31.12.2016, a Companhia apurou lucro tributável, assim como neste exercício findo em 31.12.2018, tendo, consequentemente, realizado prejuízos fiscais nos montantes de R\$ 14.759; R\$3.906 e R\$1.716, respectivamente.

As principais premissas do Estudo Técnico (Plano de Negócios) são:

a) Premissas operacionais e econômicas com operação com uma frota de seis embarcações, sendo duas próprias (construídas no Brasil), duas próprias trazidas no direito de tonelagem e duas afretadas por tempo, além de uma nova embarcação em construção em estaleiro chinês, com entrega prevista para junho de 2019;

b) O novo navio incrementará a receita e proporcionará redução dos custos e das despesas operacionais, em função da sua modernidade e de sua grande capacidade de transporte, tornando-se possível maior diluição dos custos fixos.

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos está demonstrada conforme quadro abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
2018	-	2.515	-	-
2019	21.831	4.320	20.420	-
2020	2.026	5.868	4.697	-
2021	1.298	7.708	3.969	-
2022	(37)	9.251	2.634	6.158
2023	38.647	17.512	16.292	17.512
2024	17.322	20.642	29.341	20.642
2025	18.910	22.088	21.581	22.088
2026 a 2027	45.897	48.976	53.910	48.976
	<u>145.894</u>	<u>138.880</u>	<u>152.844</u>	<u>115.376</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição e movimentação:

Composição em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Provisão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Depreciação acelerada não contabilizada-embarcações	(18.494)	(49.335)	(18.494)	(49.335)
Reversão de despesas de variação cambial, com tributação pelo regime de caixa	597	(17.187)	597	(17.187)
Resultado diferido de alienação de direitos contratuais	-	(6.363)	-	(6.363)
Provisões operacionais	34.287	48.805	23.691	38.987
Provisão para créditos de difícil recuperação (ex-PCLD)	6.151	7.618	4.527	5.546
Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários)	9.697	13.890	2.158	2.276
Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro	644	14	644	14
Provisões para realização de créditos com recuperação de débitos fiscais (contribuições sociais)	(26.709)	-	-	-
Prejuízo fiscal a compensar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	99.574	100.835	99.574	100.835
Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa	40.147	40.603	40.147	40.603
	<u>145.894</u>	<u>138.880</u>	<u>152.844</u>	<u>115.376</u>

Movimentação em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Saldos iniciais	138.880	90.799	115.376	70.329
Provisão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Depreciação acelerada não contabilizada-embarcações	30.841	5.769	30.841	5.769
Reversão de despesas de variação cambial, com tributação pelo regime de caixa	17.784	23.897	17.784	23.897
Resultado diferido de alienação de direitos contratuais	6.363	38.180	6.363	38.180
Provisões operacionais	(14.518)	(5.509)	(15.296)	(7.707)
Provisão para créditos de difícil recuperação (ex-PCLD)	(1.467)	432	(1.019)	361
Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários)	(4.193)	965	(118)	174
Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro	630	(895)	630	(869)
Provisões para realização de créditos com recuperação de débitos fiscais (contribuições sociais)	(26.709)	-	-	-
Prejuízo fiscal a compensar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	(1.261)	(10.853)	(1.261)	(10.853)
Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa	(456)	(3.905)	(456)	(3.905)
Saldos finais	<u>145.894</u>	<u>138.880</u>	<u>152.844</u>	<u>115.376</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

	SOCIEDADES CONTROLADAS						OUTROS		
	Controladas no exterior								
	Log-In International GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay S.A.	Log-In Navegação Ltda.	Log-In Marítima Cabotagem Ltda	Terminal de Vila Velha S.A.	CONTRO- LADORA	Outros	CONSOLI- DADO
Investimentos em empresas controladas	116.717	3.010	574	-	-	41.652	161.953	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2016	116.717	3.010	574	-	-	41.652	161.958	-	5
Resultado de equivalência patrimonial	(38.807)	1.556	56	(805)	-	3.625	(34.375)	-	-
.de resultados operacionais	(6.142)	1.556	56	(805)	-	3.625	(1.710)	-	-
.de alienação de bens	(32.665)	-	-	-	-	-	(32.665)	-	-
Dividendos propostos	-	(1.298)	-	-	-	(2)	(1.300)	-	-
Aporte de capital em empresa controlada	-	-	-	1.000	10.000	-	11.000	-	-
Ajustes acumulados de conversão (variação cambi	-	(322)	(46)	-	-	-	(368)	-	-
Investimentos em empresas controladas	77.910	2.946	584	195	10.000	45.275	136.910	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2017	77.910	2.946	584	195	10.000	45.275	136.915	-	5
Resultado de equivalência patrimonial	(13.817)	2.759	158	(29.559)	(4)	69.235	28.772	-	-
Dividendos propostos	-	(2.658)	-	-	-	-	(2.658)	-	-
Ajustes acumulados de conversão (variação cambial)	-	459	203	-	-	-	662	-	-
Variação cambial - efeitos inflacionários	-	15	-	-	-	-	15	-	-
Capitalização de AFAC	-	-	-	-	31.435	-	31.435	-	-
Integralização parcial de Capital Social	-	-	-	4.462	-	-	4.462	-	-
Investimentos em empresas controladas	64.093	3.521	945	(24.902)	41.431	114.510	199.598	-	-
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.093	3.521	945	(24.902)	41.431	114.510	199.603	-	5
Capital social em:									
31.12.2018	131.202	529	356	10000(*)	41.436	48.894	(*)Capital social a integralizar: 4.536		
31.12.2017	131.202	378	356	10000(*)	10.000	48.894	(*)Capital social a integralizar:		
Patrimônio líquido em:									
31.12.2018	64.093	3.745	945	(24.902)	41.431	114.629			
31.12.2017	77.910	3.134	584	194	10.000	45.323			
Lucro líquido (prejuízo) em:									
31.12.2018	(13.817)	2.935	158	(29.559)	(4)	69.306			
31.12.2017	(38.807)	1.657	56	(806)	-	3.629			
Percentual de participação em 31.12.2018	100%	94%	100 %	99,999 %	99,999 %	99,90 %			
Percentual de participação em 31.12.2017	100%	94%	100 %	99,999 %	99,999 %	99,90 %			
Quantidade de ações/quotas possuídas:		Ações:	Ações:	Quotas	Quotas	Ações:			
31.12.2018	1	567.819	100.000	10.000.000	10.000.000	9.766.014			
31.12.2017	1	567.819	100.000	10.000.000	10.000.000	9.766.014			

Informações adicionais relacionados a investimentos:

- Log.Star (empresa em processo de liquidação judicial): Os valores correspondentes à participação da controladora no passivo a descoberto desse investimento encontram-se registrados no passivo não circulante, na rubrica “Outros”, no montante de R\$3.727 (Log.Star) em 2018 e em 2017.
- Lajes Logística S.A.: O investimento que a Companhia detinha na controlada Lajes Logística S.A. - alienado em novembro de 2013 - lhe garante certos direitos contratuais em face da alienação, tais como:

Obrigações adicionais - Conforme cláusula quarta do Contrato de Compra e Venda datado de 26 de novembro de 2013, as partes acordaram que, em caso de sucesso na implantação do Terminal Portuário Privativo (TPP) pela adquirente, a Log-In fará jus a um “bônus” de R\$23.500, atrelado a condições comerciais dos serviços de operação portuária do TPP, prestados pela Log-In, pelo prazo de dez (10) anos a contar do início da operação do TPP, observado ainda que a adquirente transportará suas cargas próprias de cabotagem utilizando-se preferencialmente dos serviços ofertados pela Log-In e que a Log-In, por sua vez, realizará toda sua operação portuária em Manaus-AM por meio da Lajes Logística S.A., em caso de sucesso na implantação do TPP.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

O referido “bônus” será pago em dez parcelas de R\$2.350, a partir da data prevista para o início das operações do TPP, corrigidos “*pro rata die*”, desde a data do contrato de compra e venda, pelo IGP-M/FGV.

12. ATIVOS NÃO CIRCULANTES (BENS) ALIENADOS

Os efeitos das alienações dos ativos não circulantes (bens) alienados no decorrer dos exercícios de 2018 e de 2017, com reflexo no balanço patrimonial da Companhia, estão resumidos nos quadros abaixo:

Ativos e Passivos não circulantes alienados:

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Ativos não circulantes (bens) alienados:		
Direitos contratuais - saldo residual	3.050	17.758
	<u>3.050</u>	<u>17.758</u>

O montante do resultado mensurado com ativos não circulantes (bens) alienados, líquido dos efeitos de impostos é de R\$12.096 em 31 de dezembro de 2018 e de R\$21.820 em 31 de dezembro de 2017, conforme quadro abaixo.

Resultado mensurado com ativos não circulantes (bens) alienados:

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
	Terminal portuário	Embarcações alienadas
Receita operacional de fretes	-	23.063
Impostos sobre vendas	-	(2.413)
Receita operacional líquida	-	20.650
Custo de fretes	-	970
	-	970
Lucro bruto	-	21.620
Baixa de ativos por dação de bens em amortização parcial de empréstimos tomados junto a instituição financeira:		
.Valor da alienação	47.720	-
.Valor residual do bem alienado	(33.339)	-
	14.381	-
Despesas com tributos e consultoria	(2.285)	-
Recursos com subvenção AFRMM aplicados	-	200
	12.096	200
	<u>12.096</u>	<u>21.820</u>

Alienação de embarcação por sociedade controlada

Em junho de 2017 a empresa controlada Log-In GmbH alienou uma de suas embarcações, cujo resultado está demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado 31.12.2018	Consolidado 31.12.2017
Baixa de bens do ativo fixo (custo)	-	(92.632)
Baixa de depreciação acumulada	-	43.679
	-	(48.953)
Valor alienação	-	16.288
	<u>-</u>	<u>(32.665)</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Consolidado		Controladora	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Bens em operação:					
Embarcações	5	421.662	477.015	164.303	339.384
Edificações e Instalações	2% a 10%	91.298	138.200	8.114	55.016
Máquinas e equipamentos	7	72.007	72.298	2.436	2.844
Móveis e utensílios	10	7.953	9.535	4.229	5.608
Equipamentos de processamento de dados	20	29.856	30.209	12.216	12.558
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10	8.379	8.092	8.379	8.092
Veículos	20	564	485	97	98
Benfeitorias embarcações afretadas terceiros	20	46.060	44.501	46.060	44.501
Outros bens	20	1.076	1.225	676	676
		678.855	781.560	246.510	468.777
Depreciação acumulada		(283.413)	(304.306)	(119.885)	(165.879)
		395.442	477.254	126.625	302.898
Imobilizações em curso		120.557	84.970	66.940	60.442
		515.999	562.224	193.565	363.340

b) Movimentação do Imobilizado

Imobilizado:	Consolidado									
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Benfeitorias em embarcações de terceiros	Outros bens	Imobilizações em curso
Saldo em 31.12.2017	477.015	138.200	72.298	9.535	8.092	30.209	485	44.501	1.225	84.970
Adições no período	119.728	-	-	5	-	34	-	-	-	40.204
Baixas no período	(175.081)	(47.817)	(1.094)	(2.017)	(292)	(760)	(2)	-	(149)	-
Transferência no período	-	915	803	418	579	343	-	1.559	-	(4.617)
Adições decorrentes de efeitos inflacionários em empresa controla	-	-	-	12	-	30	81	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	421.662	91.298	72.007	7.953	8.379	29.856	564	46.060	1.076	120.557
Depreciação acumulada:										
Saldo em 31.12.2017	(154.756)	(41.460)	(49.342)	(5.846)	(5.925)	(23.091)	(485)	(22.375)	(1.025)	-
Adições no período	(31.403)	(4.619)	(4.935)	(675)	(642)	(3.762)	(1)	(7.179)	(38)	-
Baixas no período	55.353	15.681,00	958	1.264	85	762	2	-	149	-
Adições decorrentes de efeitos inflacionários em empresa controla	-	-	-	(8)	-	(19)	(81)	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	(130.806)	(30.398)	(53.319)	(5.265)	(6.482)	(26.110)	(565)	(29.554)	(914)	-

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Controladora											
	Edificações e instalações		Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benefetorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Benefetorias em embarcações de terceiros	Outros bens	Imobilizações em curso	Total
Imobilizado:	Embarcações										
Saldo em 31.12.2017	339.384	55.016	2.844	5.608	8.092	12.558	98	44.501	676	60.442	529.219
Adições no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.783	10.783
Baixas no período	(175.081)	(47.818)	(1.094)	(1.797)	(293)	(468)	(1)	-	-	-	(226.552)
Transferência no período	-	916	686	418	580	126	-	1.559	-	(4.285)	-
Saldo em 31.12.2018	164.303	8.114	2.436	4.229	8.379	12.216	97	46.060	676	66.940	313.450
<u>Depreciação acumulada:</u>											
Saldo em 31.12.2017	(107.185)	(15.801)	(1.297)	(2.984)	(5.925)	(9.542)	(98)	(22.378)	(669)	-	(165.879)
Adições no período	(16.240)	(1.337)	(274)	(456)	(642)	(1.471)	-	(7.180)	-	-	(27.600)
Baixas no período	55.353	15.681	958	1.045	85	470	2	-	-	-	73.594
Saldo em 31.12.2018	(68.072)	(1.457)	(613)	(2.395)	(6.482)	(10.543)	(96)	(29.558)	(669)	-	(119.885)

Os principais montantes das imobilizações em curso na controladora em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são:

- R\$22.236, líquido da provisão constituída para perdas estimadas com realização dos ativos em construção (Casco EI-506, EI-507 e EI-508) constituída em 2017 correspondente aos adiantamentos para construção de três navios porta-contêineres que estavam em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA);
- R\$ 43.024 relativo ao navio Polaris em construção junto a estaleiro chinês mencionado abaixo.

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em geral na data de 1 de novembro de 2017, a Companhia informa que firmou acordo de compra de um navio porta-contêineres com um estaleiro chinês; o navio tem capacidade de 2.700 TEU e está em construção junto ao estaleiro situado na província de *Wenchong*, na China. Pelo acordo firmado com o estaleiro, a construção dessa embarcação estva inicialmente prevista para conclusão em abril de 2019, mas que em face de problemas climáticos (tufão) ocorridos na China em 16 de setembro de 2018, a conclusão da embarcação foi prorrogada para junho de 2019. O total de desembolso (adiantamentos) realizados até 31 de dezembro de 2018 soma R\$43.024.

Os ativos que demonstraram algum indicador para fins de avaliação por *impairment* foram testados em 31 de dezembro de 2018, considerando o modelo de valor em uso com base no valor presente do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa.

Os efeitos inflacionários decorrentes da hiperinflação nos últimos anos na Argentina não tiveram impactos relevantes no ativo imobilizado da controlada Log-In Mercosur, em face de seus ativos fixos já estarem praticamente com valores residuais próximos de zero, cujos ajustes decorrentes foram de R\$81 no ativo imobilizado e de igual valor na depreciação acumulada, conforme quadro do imobilizado consolidado acima.

A Companhia determina a projeção de seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas-chaves:

- Custos e investimentos baseados na melhor estimativa dos projetos com base em desempenhos passados;
- Preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando apropriado;
- vida útil de cada embarcação em operação; e
- taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

c) Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:

Como divulgado na Nota 1, em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA; consequentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos ativos em construção junto àquele estaleiro, como segue:

Consolidado e Controladora				
Descrição	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro	Provisão para perdas estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236)	338.593
Encargos capitalizados	164.335	-	-	164.335
	<u>584.796</u>	<u>(59.632)</u>	<u>(22.236)</u>	<u>502.928</u>

Em face do processo rescisório do contrato de construção, a Companhia registrou em seu contas a receber, em junho de 2017, o montante de R\$59.632, referente à indenização por inadimplemento contratual, a ser pago pela seguradora; referido montante foi liquidado em julho de 2017. A provisão para perdas estimadas está líquida do valor dessa indenização, assim como dos materiais e equipamentos levantados, no estaleiro, de aplicação nas referidas embarcações.

d) Intangível

		Consolidado		Controladora	
	Taxa de amortização (%)	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Sistemas (softwares aplicativos)	20	118.812	112.461	109.882	103.531
Concessões portuárias	4	8.304	8.304	-	-
Marcas e Patentes		5	5	5	5
		<u>127.121</u>	<u>120.770</u>	<u>109.887</u>	<u>103.536</u>
Amortização Acumulada		<u>(88.737)</u>	<u>(78.526)</u>	<u>(77.824)</u>	<u>(69.227)</u>
		<u>38.384</u>	<u>42.244</u>	<u>32.063</u>	<u>34.309</u>
Intangíveis em desenvolvimento		<u>6.839</u>	<u>12.705</u>	<u>6.839</u>	<u>12.705</u>
		<u>45.223</u>	<u>54.949</u>	<u>38.902</u>	<u>47.014</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Os saldos dos financiamentos e empréstimos em 2018 e em 31 de dezembro de 2017 classificados no passivo circulante e não circulante, bem como as amortizações e os pagamentos vencíveis obedecerão ao escalonamento até o ano de 2034, conforme quadros abaixo:

Consolidado										
Parcelas vencíveis	Construção de embarcações (a)		Operações de <i>lease</i> (d)		Capital de giro (c)		Instalações TERCAM , PAULÍNIA e TVV (b)		TOTAL	
	Valor Anual						Valor Anual		Valor Anual	
	em	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018
2018	-	23.022	-	-	-	42.499	-	5.013	-	70.534
2019	57.039	51819	2.667	-	46.912	42.188	812	2.345	107.430	96.352
2020	53.455	51819	2.790	-	42.640	40.520	-	-	98.885	92.339
2021	61.046	51819	2.790	-	40.959	39.017	-	-	104.795	90.836
2022	61.046	51819	2.790	-	40.959	39.017	-	-	104.795	90.836
2023	61.046	51819	5.223	-	261.124	318.439	-	-	327.393	370.258
2024 a 2034	515.026	438.829	-	-	-	-	-	-	515.026	438.829
	808.658	720.946	16.260	-	432.594	521.680	812	7.358	1258.324	1249.984

Controladora										
Parcelas vencíveis	Construção de embarcações (a)		Operações de <i>lease</i> (d)		Capital de giro (c)		Instalações TERCAM e PAULÍNIA (b)		TOTAL	
	Valor Anual						Valor Anual		Valor Anual	
	em	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018
2018	-	23.022	-	-	-	29.117	-	1.767	-	53.906
2019	48.796	51819	-	-	39.926	35.764	812	804	89.534	88.387
2020	45.637	51819	-	-	36.023	34.096	-	-	81.660	85.915
2021	50.106	51819	-	-	36.023	34.096	-	-	86.129	85.915
2022	50.106	51819	-	-	36.023	34.096	-	-	86.129	85.915
2023	50.106	51819	-	-	223.255	280.090	-	-	273.361	331.909
2024 a 2034	441.184	438.829	-	-	-	-	-	-	441.184	438.829
	685.935	720.946	-	-	371.250	447.259	812	2.571	1.057.997	1.170.776

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, os financiamentos estão classificados no passivo conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Passivo circulante	107.430	70.534	89.534	53.906
Passivo não circulante	1.150.894	1.179.450	968.463	1.116.870
	<u>1.258.324</u>	<u>1.249.984</u>	<u>1.057.997</u>	<u>1.170.776</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

O quadro abaixo apresenta a movimentação desses empréstimos em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado							
	Saldo em	Baixa por		Encargos financeiros(*)		Amortização	Saldo em
Empréstimos e financiamentos	31.12.2017	Adição	transferência	Capitalizado	Resultado	Principal	Encargos
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a)	720.946	114.266	(114.266)	-	106.530	(15.331)	(3.487)
Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b)	7.358	-	-	-	41	(6.131)	(456)
Capital de giro (instituições financeiras)-(c)	521.680	-	(47.720)	-	39.581	(40.809)	(40.138)
Operações de <i>lease</i> -(d)	-	16.978	-	-	3.112	(2.248)	(1.582)
	<u>1.249.984</u>	<u>131.244</u>	<u>(161.986)</u>	<u>-</u>	<u>149.264</u>	<u>(64.519)</u>	<u>(45.663)</u>
							<u>1.258.324</u>

Nota(*): Encargos financeiros, resultado, inclui R\$43.325 de variação cambial, dos quais R\$26.633 despesas decorrente do efeito CPC 20.

Controladora							
	Saldo em	Baixa por		Encargos financeiros(*)		Amortização	Saldo em
Empréstimos e financiamentos	31.12.2017	Adição	transferência	Capitalizado	Resultado	Principal	Encargos
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a)	720.946	-	(114.266)	-	93.153	(11.241)	(2.657)
Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b)	2.571	-	-	-	(24)	(1.613)	(122)
Capital de giro (instituições financeiras)-(c)	447.259	-	(47.720)	-	33.678	(27.284)	(34.683)
Operações de <i>lease</i> -(d)	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.170.776</u>	<u>0</u>	<u>(161.986)</u>	<u>-</u>	<u>126.807</u>	<u>(40.138)</u>	<u>(37.462)</u>
							<u>1.057.997</u>

Nota(*): Encargos financeiros, resultado, inclui R\$35.172 de variação cambial, dos quais R\$26.633 de despesas decorrente do efeito CPC 20.

Os financiamentos e empréstimos referem-se a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como junto a outras instituições financeiras, para as seguintes finalidades:

a) Construção de embarcações (FMM/BNDES)

Construção de sete navios (cinco porta-containers e dois graneleiros) junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), divididos em dois subcréditos (Subcrédito "A" e Subcrédito "B"), cuja linha de crédito é da ordem de R\$927.142, composto por R\$625.209 referente a porta-containers e R\$301.933 para graneleiros. Os contratos pactuados com o BNDES datam de 26 de maio de 2008 (porta-containers) e de 8 de dezembro de 2009 (graneleiros). Os saldos devedores dos Subcréditos "A" e "B" são atualizados pela TJLP e pela variação do dólar norte-americano (porta-container) e os Subcréditos relativos aos graneleiros, pela variação do dólar norte-americano, ambos acrescidos de juros de 2,5% ao ano. As embarcações (cascos 504, 505 e 509) construídas, já em operação e as em construção (cascos 506, 507, 508 e 510) estão gravadas como garantia dos financiamentos, com cláusula de hipoteca de primeiro grau.

Em 31 de dezembro de 2015, os Subcréditos relativos aos navios em construção (Cascos 506, 507, 508 e 510) foram repactuados com o BNDES no tocante ao valor das amortizações, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) do valor de cada parcela mensal para o período de outubro de 2015 a dezembro de 2018, bem como em relação às taxas de juros, as quais passaram de 2,5% a.a. para 4,38% a.a., permanecendo inalteradas as demais condições contratuais relacionadas a esses Cascos. Com essa repactuação, aproximadamente R\$270.000 dos financiamentos relativos aos referidos Cascos com vencimentos previstos de outubro de 2015 a dezembro de 2018 foram deslocados para um período compreendido entre 2019 e 2034.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Segue abaixo quadro resumo dos saldos dos recursos já liberados (acrescido de encargos decorridos):

Órgão Financiador: Fundo da Marinha Mercante (FMM):	Vencimento da última prestação	Carência:	Consolidado 31.12.2018	Controladora 31.12.2018 31.12.2017	
Casco EI-504-Subcrédito A	Jun/2031	37 meses	69.721	69.721	69.847
Casco EI-504-Subcrédito A-Suplementar	Jun/2031	37 meses	6.490	6.490	6.503
Casco EI-505-Subcrédito A	Set/2030	37 meses	67.402	-	67.666
Casco EI-505-Subcrédito A-Suplementar	Set/2030	37 meses	6.327	6.327	6.351
Casco EI-506-Subcrédito A	Mar/2032	39 meses	133.974	133.974	107.092
Casco EI-506-Subcréditos A1aA4-Suplementares	Mar/2032	39 meses	-	-	13.768
Casco EI-507-Subcrédito A	Out/2033	21 meses	92.461	92.461	60.959
Casco EI-507-Subcréditos A1aA4-Suplementares	Out/2033	21 meses	-	-	22.530
Casco EI-508-Subcrédito A	Abr/2034	21 meses	98.350	98.350	47.600
Casco EI-508-Subcréditos A1aA5-Suplementares	Abr/2034	21 meses	-	-	41.243
Valores indexados à TJLP			474.725	407.323	443.559
Casco EI-504-Subcrédito B	Jun/2031	37 meses	57.306	57.306	48.007
Casco EI-504-Subcrédito B-Suplementar	Jun/2031	37 meses	4.964	4.964	4.235
Casco EI-505-Subcrédito B	Set/2030	37 meses	55.321	-	47.333
Casco EI-505-Subcrédito B-Suplementar	Set/2030	37 meses	4.807	4.807	4.107
Casco EI-506-Subcrédito B	Mar/2032	39 meses	83.108	83.108	63.126
Casco EI-506-Subcréditos B1aB4-Suplementares	Mar/2032	39 meses	-	-	5.065
Casco EI-507-Subcrédito B	Out/2033	21 meses	82.930	82.930	32.541
Casco EI-507-Subcréditos B1aB4-Suplementares	Out/2033	21 meses	-	-	35.502
Casco EI-508-Subcrédito B	Abr/2034	21 meses	45.497	45.497	17.355
Casco EI-508-Subcréditos B1aB5-Suplementares	Abr/2034	21 meses	-	-	20.116
Valores indexados à US\$			333.933	278.612	277.387
TOTAL			808.658	685.935	720.946

No decorrer do exercício de 2018, os Sub-créditos A1a A5 e B1 a B5-Suplementares, relativos aos Cascos EI-506; EI-507 e EI-508, foram consolidados nos Sub-Créditos A e B acima, em conformidade com os termos do Contrato de Confissão, Consolidação e Ratificação da Dívida, pactuado com o BNDES, mantendo-se inalteradas as datas dos respectivos vencimentos.

Segue a movimentação desses financiamentos em 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado 31.12.2018	Controladora 31.12.2018 31.12.2017	
Saldos no início do período	720.946	720.946	730.482
Baixa por transferência	-	-	(5.564)
Baixa de financiamentos, por absorção por empresa controlada	(114.266)	(114.266)	-
Adição de financiamentos, por absorção por empresa controlada	114.266	-	-
Encargos financeiros (juros) apropriados	64.453	57.981	61.109
Encargos financeiros (variação cambial) adicionados (revertidos) em face da variação do dólar	42.077	35.172	3.821
Amortização de principal e encargos	(18.818)	(13.898)	(68.902)
Saldos no fim do período	808.658	685.935	720.946

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Em 2018, os financiamentos contratados junto ao Fundo da Marinha Mercante a Log-In se obriga a manter:

- i) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 0,8 entre 2018 e 2020; e não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do presente contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula $ICD = \frac{EBITDA - (IR + CSLL + \text{Variação Capital de Giro})}{\text{Serviço da Dívida do Exercício}}$; Em 2018, a Companhia atendeu esse índice do serviço da dívida.
- ii) Índice Dívida Líquida/EBTIDA menor ou igual a 10,0 entre os anos de 2019 e 2020; e menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do presente contrato, calculado ao final de cada exercício.

Ainda no exercício de 2018, a Companhia se obriga a manter junto a instituições financeiras (Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.) - *Índice Dívida Líquida/EBTIDA* não superior a 5,0 (Log-in) e 2,5 (TVV).

Em consequência da depreciação acumulada do “Real” frente à moeda norte-americana, nos últimos cinco anos e até 31 de dezembro de 2018, o saldo desses financiamentos e empréstimos inclui o montante de R\$377.512 de encargos de variação cambial (R\$335.435 até dezembro de 2017), conforme quadro abaixo.

Consolidado e Controladora	
Encargos de variação cambial adicionados aos financiamentos BNDES:	31.12.2018
Exercício de 2018	42.077
Exercício de 2017	3.821
Exercício de 2016	(139.420)
Exercício de 2015	261.338
Exercício de 2014	69.681
Total encargos no período de 01.01.2014 a 31.12.2018	237.497
Período de 01.04.2011 a 31.12.2013	140.015
Total encargos nos últimos cinco anos (01.04.2011 a 31.12.2018)	377.512

Os efeitos cambiais mencionados anteriormente impactaram na medição do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICD) mínimo, nos exercícios de 2018 e de 2017.

No exercício de 2017, a Log-In obteve correspondências aprovando a dispensa do cumprimento das cláusula de desempenho financeiro relativo a este exercício social:

- i) junto ao BNDES - *índice de cobertura da dívida não inferior a 1,3 e índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) maior ou igual a 25%*;
- ii) junto a instituições financeiras (Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.) - *índice de cobertura da dívida não inferior a 2,7*.

Pelas discussões havidas com sua assessoria legal, com os credores em geral e o BNDES em particular, a rescisão do contrato em função do inadimplemento do Estaleiro EISA não acarretou vencimento antecipado dos empréstimos contraídos, empréstimos esses que a Companhia continuará a servir.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

b) Investimento em terminais portuários (BNDES)

Esses contratos de financiamentos de abertura de crédito tem as seguintes características:

- **TERCAM**

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCARGOS	PRAZO	FINALIDADE (AMPLIAÇÃO DO TERCAM)
Subcrédito "A"	12.498	TJLP+1,4%	8 anos	1ª Fase do Projeto: construção de 9.000m² do novo armazém, instalações, arruamento interno e parte da expansão do pátio de contêineres (recursos totalmente liberados);

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo deste financiamento totaliza R\$812 (R\$2.571 em 31 de dezembro de 2017). Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final.

- **Terminal de Vila Velha**

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCARGOS	PRAZO	FINALIDADE (AQUISIÇÃO DE)
Subcréditos "A, B,C,D,E"	7.101	Cesta IPCA+3,0% a.a.	8 anos	Equipamentos importados (recursos parcialmente liberados).
Subcrédito "F"	15.365	TJLP+1,4% a.a.	8 anos	Obras civis (recursos totalmente liberados).

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo deste financiamento encontra-se totalmente liquidado (R\$4.787 em 2017). Esse contrato de crédito tinha garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final.

c) Capital de giro e investimentos correntes

Contrato de abertura de crédito (capital de giro e investimentos correntes) é composto conforme quadro abaixo:

Abertura de crédito	Vencimento	Consolidado		Controladora	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Banco Safra S.A. (NC-E, 2015)	Mar/2018	-	1.002	-	1.002
Banco Votorantim S.A.	Mar/2018	-	8.979	-	-
China Construction Bank (CCB)	Mar/2019	1.677	8.387	1.677	8.387
Deutsche Leasing	Nov/2020	3.380	4.539	-	-
Banco do Brasil S.A. (NC-C)	Mai/2023	206.452	216.728	205.381	215.604
Banco Bradesco S.A.	Mai/2023	79.948	84.429	79.948	84.429
Banco Itaú S.A.	Mai/2023	89.432	93.969	32.539	34.190
Banco Santander (Brasil) S.A.	Mai/2023	51.705	103.647	51.705	103.647
		<u>432.594</u>	<u>521.680</u>	<u>371.250</u>	<u>447.259</u>

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 7 de agosto de 2018 pela Companhia, a redução do saldo do financiamento junto ao Banco Santander, decorre principalmente da dação de bem (TERCAM-Terminal de Camaçari) para aquela instituição financeira, no âmbito da reestruturação de financiamentos bancários, conforme obrigação constituída nos termos da reestruturação de seus financiamentos. Com a assinatura desse instrumento (Dação de bem, no valor de R\$47,7 milhões), a Log-In efetuou pagamento parcial da dívida existente junto à referida instituição financeira, permanecendo o saldo da dívida, no montante de R\$52,9 milhões, conforme quadro acima.

Os instrumentos definitivos do reperfilamento da dívida junto às instituições financeiras (Banco do Brasil; Banco Santander (Brasil), Banco Itaú e Banco Bradesco (anteriormente com Banco HSBC) foram assinados em 1 de junho de 2018. A reestruturação da dívida ocorreu nos termos dos entendimentos anteriormente firmados com os Credores Aderentes, objeto do Fato Relevante publicado pela Companhia em 10 de novembro de 2017, de forma que os financiamentos passaram a contar com prazo final de vencimento o mês de Maio de 2023, tendo como cronograma de amortização 40% (quarenta por cento) do principal da dívida em 59 (cinquenta e nove) parcelas

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

mensais e os 60% (sessenta por cento) restantes, em uma única parcela a vencer em Maio de 2023. Os demais termos e condições referentes a custo e grantias permanecem inalterados.

Sobre essas linhas de créditos incidem encargos financeiros pela taxa do CDI, de 122,8% em média, em 31 de dezembro de 2018 (129,9%, em média, em 31 de dezembro de 2017).

d) Operação de *sale lease back*

Trata-se de operação por meio da qual a controlada Log-In GmbH obteve financiamento junto a uma instituição financeira londrina, no montante de US\$5,100 (equivalentes em Euro 4.156 e R\$16.260), tendo como garantia a transferência da propriedade da embarcação (NV Resiliente) para a OCM Log-In Resilente LLC, empresa essa pertencente à instituição financeira Bailrigg Leasing No.3 Limited (Londres, Inglaterra). O prazo do financiamento é de 5 (cinco) anos, com amortização mensal de US\$60, acrescido de juros anuais pro rata pela *Libor*, conforme contrato pactuado entre as partes, e a Controladora Log-In.

Não obstante a transferência de propriedade da embarcação, a Log-In GmbH detém os direitos de uso e operação da embarcação (NV Resiliente), delineados em contrato de afretamento a casco nu com a Bailrigg Leasing No. 3 Limited. Referido contrato também define as obrigações financeiras da contratante (Log-In GmbH), quais sejam: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos (60 parcelas fixas, mensais, de US\$60 cada; e (ii) pagamento final de US\$1,500 (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato.

15. OPERAÇÕES DE DEBÊNTURES

Em 17 de agosto de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, com bônus de subscrição, no valor de até R\$45.000, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. Os recursos captados pela emissora por meio da integralização das debêntures totalizaram R\$41.537 e serão utilizados para pagamento de despesas gerais e dívidas de curto e longo prazo e/ou reforço no capital de giro da Log-In.

As debêntures tem a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e prazo de vencimento em 30 de março de 2018, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado. Não há *covenants* relacionados a índices financeiros. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes da formalização dessa garantia, a Companhia cede fiduciariamente e transfere, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas (i) direitos creditórios de titularidade da Companhia, decorrentes de prestação de serviços de transporte e outros representados por documentos denominados “conhecimento de transporte”; (ii) os recursos recebidos em razão do pagamento dos Direitos Creditórios – Serviços; e (iii) os direitos sobre o saldo depositado em conta corrente de titularidade da cedente junta ao Banco Itaú S.A. (Banco Depositário/Conta Vinculada).

As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 70% (setenta por cento) das taxas médias dos DI-Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

No primeiro semestre de 2017, os debenturistas exerceram o direito de 4.829.384 bônus de subscrição da Companhia, pelos acionistas, promovendo a emissão de 5.014.703 ações ordinárias, conforme divulgado em 1 de março de 2017 via Aviso aos Acionistas, em sequência à AGE de 17 de agosto de 2016, na qual foi fora deliberada a primeira emissão de debêntures da Companhia. Referido exercício de subscrição correspondeu ao montante de R\$24.038.

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e amortização extraordinária, a remuneração será paga em uma única parcela, na data do vencimento. O valor atualizado das debêntures, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 20.122, composto por R\$18.372 de principal e de R\$1.750 de encargos (R\$42.543 em 31 de dezembro de 2016, composto por R\$41.537 mil de principal e de R\$1.006 mil de encargos).

16. FORNECEDORES

Os valores componentes de contas a pagar a fornecedores tem os seguintes prazos de pagamentos (*aging list*):

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Passivo circulante				
Valores a vencer:				
De 0 a 30 dias	67.739	106.530	53.814	64.688
De 31 a 90 dias	16.633	2.625	10.352	2.314
De 91 a 180 dias	12.492	4.032	749	3.360
De 181 a 360 dias	6.063	2.435	4.109	2.027
	<u>102.927</u>	<u>115.622</u>	<u>69.024</u>	<u>72.389</u>
Passivo não circulante	<u>137</u>	<u>1.599</u>	<u>28</u>	<u>1.599</u>

17. PROVISÕES OPERACIONAIS

As provisões operacionais constituídas pela Companhia referem-se às estimativas de gastos e são compostas basicamente por provisões para despesas portuárias (navegação), rodoviárias e outros gastos. Essas provisões estão classificadas no passivo circulante e não circulante e tem a seguinte composição:

Passivo circulante:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Provisões operacionais para:				
Gastos marítimos com transportes granel e containers	24.183	10.573	21.972	10.478
Gastos marítimos com transportes veículos Mercosul	1.891	10.206	1.661	10.206
Gastos rodoviários	9.689	12.986	9.689	12.986
Gastos administrativos	2.185	2.290	2.112	2.246
Outros gastos operacionais	2.133	1.900	948	571
	<u>40.081</u>	<u>37.955</u>	<u>36.382</u>	<u>36.487</u>

Passivo não circulante:

Provisão para outros gastos	4.691	1.634	1.594	1.634
	<u>4.691</u>	<u>1.634</u>	<u>1.594</u>	<u>1.634</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas provisionaram ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e fiscal, classificadas no passivo não circulante, consideradas pela Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir prováveis perdas. Essas contingências são compostas conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Provisão para	Provisão para	Provisão para	Provisão para
	riscos	riscos	riscos	riscos
Trabalhistas	27.114	37.785	6.088	6.304
Trabalhistas-responsabilidade solidária	16.749	16.749	-	-
Tributárias	1.882	1.863	1.517	1.517
Cíveis e outras	1.098	578	316	445
	<u>46.843</u>	<u>56.975</u>	<u>7.921</u>	<u>8.266</u>

- Reclamações trabalhistas - consistem principalmente em reclamações de empregados por: (i) pagamento de horas extras, (ii) pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e (iii) outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

O montante de reclamações trabalhistas acima, no valor de R\$16.749 em 2018 (R\$16.749 em 2017), reconhecido nos registros contábeis da controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A., refere-se a contingências trabalhistas com prognósticos de perdas prováveis registrados ao final do exercício, por conta de prováveis desembolsos com obrigações contingenciais de responsabilidade da VALE S.A. (vide Nota 7), amparado por interpretação do Acordo de Indenização pactuado entre a Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas e a VALE, datado de 23 de março de 2007. A Companhia e ou suas controladas poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar os seus créditos.

- Tributárias - abrangem principalmente: (i) tributos preteridos na transferência de bens e (ii) nas mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS.
- Cíveis e outras - abrangem principalmente demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras. A Companhia poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar o seu crédito e/ou de suas controladas.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Face principalmente a processos de responsabilidade exclusiva da VALE sem custas para a Companhia, bem como outras baixas por mudança de prognóstico e revisão de valor de processo, no decorrer do exercício de 2018 as contingências tiveram a seguinte movimentação:

							Consolidado
Descrição	Saldo em	Movimentação no período					Saldo em
	31.12.2017	Adição	Reversão	Juros+CM	Transferência	Pagamento	31.12.2018
Reclamações trabalhistas	54.173	486	(8.174)	2.532	(5.438)	(77)	43.502
Tributárias	1.863	-	(11)	30	-	-	1.882
Cíveis	939	680	(6)	182	(336)	-	1.459
	<u>56.975</u>	<u>1.166</u>	<u>(8.191)</u>	<u>2.744</u>	<u>(5.774)</u>	<u>(77)</u>	<u>46.843</u>
DRE			<u>7.025</u>	<u>(2.744)</u>			

							Controladora
Descrição	Saldo em	Movimentação no período					Saldo em
	31.12.2017	Adição	Reversão	Juros+CM	Transferência	Pagamento	31.12.2018
Reclamações trabalhistas	6.304	122	(52)	473	(759)	-	6.088
Tributárias	1.517	-	(11)	11	-	-	1.517
Cíveis	445	13	(6)	27	(163)	-	316
	<u>8.266</u>	<u>135</u>	<u>(69)</u>	<u>511</u>	<u>(922)</u>	<u>-</u>	<u>7.921</u>
DRE			<u>(66)</u>	<u>(511)</u>			

A Companhia continua perseguindo seus interesses em todas as ações acima e constitui provisão para os processos considerados como perdas prováveis.

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. um acordo de indenização, através do qual a VALE se comprometeu a indenizar a Log-In e suas controladas, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações. O saldo dessas contingências totaliza R\$17.997 em 2018 e em 2017, no consolidado.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes em 2018 no montante de R\$287.765 no consolidado e R\$175.626 na controladora (em 2017 - R\$260.836 no consolidado e R\$160.501 na controladora), com perdas consideradas possíveis, para os quais, com base nos prognósticos dos advogados, não há provisão constituída. Os principais processos classificados como possíveis são de natureza trabalhista (R\$152.970) e tributária (R\$103.266), consolidados. Dentre o montante de R\$287.765 acima, R\$49.316 estão sob o acordo de indenização mencionado no parágrafo anterior, composto por R\$28.315 mil de natureza tributária, R\$19.148 de natureza trabalhista e R\$1.853 de causas cíveis.

A Companhia e suas controladas possuem, ainda, depósitos judiciais correlacionados às contingências provisionadas. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as requisições judiciais, a fim de possibilitar que a Companhia ingresse e/ou continue com as ações legais; são atualizados monetariamente e estão classificados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial dos resgates dos mesmos pelo reclamante ou pela Log-In e suas controladas em desfecho favorável a essas entidades.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os depósitos judiciais estão assim representados:

Depósitos judiciais	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Processos trabalhistas	31.376	29.351	19.720	19.137
Processos tributários	31.243	27.891	29.869	26.486
Processos cíveis e outros	2.717	2.485	2.590	2.437
	65.336	59.727	52.179	48.060
Provisão para perdas estimadas com resgates de depósitos judiciais	(28.334)	(26.167)	(21.148)	(19.697)
	37.002	33.560	31.031	28.363

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 654.224 e está representado por 37.074.958 ações ordinárias, nominativas e escriturais, de emissão da Companhia.

No decorrer do exercício de 2018, o capital social foi aumentando em R\$28.150, devido a captação de recursos mediante a emissão de 13.731.931 novas ações ordinárias, nominativas e escriturais, de emissão da Companhia, conforme divulgação de Fato Relevante aos acionistas (Aviso aos Acionistas) em 14 de junho de 2018 e em 16 de agosto de 2018, bem como por mais R\$ 2.036 mediante a emissão, para subscrição particular, de 986.000 ordinárias, nominativas e escriturais, em 30 de agosto de 2018 e em 18 de dezembro de 2018, tendo por base os Termos de Exercício de Opção enviados pelos Beneficiários do Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de setembro de 2016 ("Programa", relacionado ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela AGE em 17 de agosto de 2016 ("SOP"). O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, corresponde a R\$652.224 e está representado por 36.856.186 ações em circulação e por 1.218.772 ações em tesouraria, totalizando 38.074.958 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2017, capital social de R\$624.038 e estava representado por 22.138.255 ações em circulação e 1.218.772 ações em tesouraria, totalizando 23.357.027 ações ordinárias, sem valor nominal).

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital social é composto como segue:

Acionista:	31.12.2018		31.12.2017	
	Quantidade de ações e respectivo percentual		Quantidade ações ON e respectivo percentual	
	ON	%	ON	%
Alaska Investimentos Ltda.	18.535.364	48,68	5.998.691	25,68
Perea Capital	1.692.633	4,45	-	-
Fundação Petrobrás de Seguridade Social-PETROS	-	-	2.347.059	10,05
Cox Gestão de Recursos Ltda.	-	-	1.354.547	5,80
Outros Investidores	16.628.189	43,67	12.437.958	53,25
	36.856.186	96,80	22.138.255	94,78
Ações em tesouraria	1.218.772	3,20	1.218.772	5,22
	38.074.958	100,00	23.357.027	100,00

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

b) Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias (6.093.861 ações ordinárias, antes do grupamento, conforme mencionado no parágrafo anterior), que correspondem a 6,64% do total de ações ordinárias nominativas da Companhia. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35, por ação.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 (BM&FBOVESPA) de 30 de dezembro de 2018 é de R\$ 9.506 (R\$ 4.266 em 30 de dezembro de 2017).

c) Reserva de incentivos de AFRMM

Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/1976, alterada pela Lei 11.648/2007, o montante das subvenções para investimento-AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM), deverá ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos).

O saldo remanescente das subvenções que não for registrado em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício deverá ser utilizado nos exercícios subsequentes.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e tem por objetivo assegurar a integridade do capital social.

e) Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício a título de dividendo mínimo obrigatório, após os ajustes necessários consoantes as determinações legais. Dessa forma, nos termos do artigo 192 da Lei 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001 e pela Lei nº 11.638/2007, a destinação do lucro líquido do exercício de 2018 a ser referendada pela assembleia geral ordinária, mediante proposta da administração da Log-In, segue conforme quadro abaixo:

	31.12.2018	31.12.2017
Prejuízo acumulado de exercícios anteriores	(1.065.457)	(1.065.457)
Absorção parcial do prejuízo acumulado, com saldo reserva legal (AGO/AGE de 16.04.2018)	4.705	
Lucro líquido do exercício	6.002	
.Constituição reserva legal	(300)	
.Constituição reserva incentivos deAFRMM	(5.702)	
Saldo prejuízo acumulado	-	(1.065.457)

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

20. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Os valores dos prejuízos básicos e diluídos por ação foram calculados conforme segue:

acionistas controladores	<u>6.002</u>	<u>(606.874)</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação(a)	<u>0,16</u>	<u>(30,24)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	<u>38.074.958</u>	<u>20.069.611</u>

21. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

a) Plano de Matching

Nos termos do Plano de Matching, eram elegíveis à premiação os profissionais (diretores e gerentes da Log-In) que atendessem às seguintes condições:

- i) Trabalharam na Companhia durante o ano de vigência do Plano ocupando posições executivas;
- ii) Fizeram jus ao Programa de Participação nos resultados referentes ao ano vigência do Plano;
- iii) Estiveram ativos e trabalhando na Companhia na data da aquisição das ações; e
- iv) Foram posicionados na matriz de Carreira e Sucessão nos quadrantes “adequados” ou “talento”.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2013, foi aprovado o 6º Plano de Matching para o ciclo 2013/2016, com prazo de adesão em abril de 2013, nas mesmas condições dos Planos anteriores; o 7º e o 8º Planos de Matching, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em abril de 2014 e de 2015, com prazo de adesão em abril de 2014 e de 2015, para os ciclos 2014/2017 e 2015/2018, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de 12.756 ações existente a que os executivos - elegíveis à premiação em ações da Companhia - fizeram jus, foi liquidado no primeiro semestre de 2018, zerando esse Plano. As ações foram emitidas pela Companhia e não houve desembolso de caixa pela mesma, ou seja, o plano foi liquidado com a entrega das ações.

O plano de remuneração é mensurado periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio.

b) Plano de incentivo de longo prazo (ILP)

Plano cujo objetivo é reter os diretores e gerentes, mantê-los engajados e incentivar a “visão de dono”, comprometendo-os com os resultados de médio e longo prazos, reforçando a cultura de desempenho sustentado.

O ILP tem vigência de 3 (três) anos, com concessões anuais a serem realizadas de 2016 a 2019. Destacamos que não há nenhuma outorga concedida relacionada a este plano em 31 de dezembro de 2018. Estão vinculados ao desempenho individual, ou seja, resultados e competências apurados relativos ao ano anterior à concessão, balizados por faixas referenciais em quantidades de ações no nível de cargo.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

O lote de ações concedido tem *vesting period* de 3 (três) anos e a parcela efetivamente convertida em ações com posse plena ao participante do plano dependerá do desempenho da Companhia, em termos da cotação das ações na BM&FBOVESPA versus a taxa de CDI do período.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2015, foi aprovado esse Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). O limite máximo de concessão de ações acumulado para a vigência do programa (quatro anos) é de 4,03% sobre o total de ações emitidas pela Companhia.

c) Plano de opção de compra de ações da Log-In - “*Stock options*”

Aprovado pela AGE realizada em 17 de agosto de 2016 o presente Programa de Opção de Compra de Ações (“Programa 2016”) está relacionado ao Plano de Opção de Compra de Ações da Log-In Logística Intermodal S.A. O objetivo do Plano é estabelecer as diretrizes para a outorga de opções de compra de ações, de emissão da Log-In, a administradores e outros executivos da Companhia, com a finalidade de atraí-los, motivá-los e retê-los na Companhia, bem como alinhar os seus interesses com os da Companhia e de seus acionistas.

De acordo com os termos e condições estabelecidos no Plano, serão elegíveis a participar desse “Programa 2016” os administradores, executivos e empregados - (“Beneficiários”), da Companhia.

A outorga da opção, aprovada pela AGE da Companhia, corresponde a opção de compra de ações ordinárias de sua emissão aos “Beneficiários”, mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e a cada Beneficiário, os quais fixarão os termos e condições para o exercício da Opção, a quantidade de ações individualmente outorgada a cada Beneficiário e o preço de exercício da Opção que, uma vez celebrado, implicará na sua aceitação por cada Beneficiário, de todas as condições estabelecidas no Plano e no presente Programa 2016.

O preço de exercício da Opção a ser pago pelos Beneficiários será definido pelo Conselho de Administração, para cada ação ordinária (“Preço de Exercício”) e equivalerá ao valor da média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na BM&FBOVESPA, nos pregões realizados no período de 45 (quarenta e cinco) dias imediatamente anteriores à data de aprovação desse Programa 2016, a ser ajustado pela variação do IPCA, desde a data de fixação do preço da opção até a data do efetivo pagamento do preço total de exercício pelos Beneficiários.

A quantidade total de ações abrangida pelo Programa 2016 corresponde a 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

O prazo de exercício da Opção pelos Beneficiários poderá ser realizado em, no mínimo, 2 (dois) anos, a contar da data de aprovação do Programa 2016 (“Período de Carência”) e cada Beneficiário terá o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para exercer sua Opção (“Período de Vigência”), contado do final do Período de Carência; é vedado ao Beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre as Opções.

Os Beneficiários deverão realizar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite para pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações, em conformidade com o Contrato de Opção.

O prazo de vigência do Programa 2016 extinguiu-se em 18 de dezembro de 2018.

O montante da Opção exercível (nº de opções) corresponde a 986.000 (novecentos e oitenta e seis mil), totalizando R\$ 1.894 (um milhão e oitocentos e noventa e quatro mil), que deverão ser pagos pelos Beneficiários optantes para a realização do exercício.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Quadro do Programa 2016:

Programa de opção de compra de ações ("Programa 2016")

Opções não exercidas até 30.06.2018	1.166.000	Data da outorga da opção	17.08.2016
		Preço de exercício em R\$**	2,05
Opções canceladas	- 180.000	Preço de mercado em R\$*	4,00
		Valor justo das opções em R\$*	1,92
Opções não exercidas até 30.09.2018	986.000	Volatilidade do preço da ação*	65,95%
		Taxa de retorno livre de risco*	6,50%
		Valor justos na da outorga*	3,12
		Valor a apropriar no exercício	1.894

(*) Valores originais, na data do programa de outorga da opção.

(**) Valor atualizado para 30.09.2018

22. PLANO COMPLEMENTAR DE APOSENTADORIA – Plano Misto Benefício VALE MAIS

A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA.

As contribuições da Companhia ao Plano Vale Mais são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R\$4.081,52 em 2018 e R\$3.850,49 em 2017).
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 18% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém a 9% do salário de participação. O montante das contribuições feitas pela Companhia durante o exercício de 2018, apropriadas no resultado do exercício, foi de R\$1.969 no consolidado e de R\$1.362 na controladora. No exercício de 2017 foi de R\$2.772 (consolidado) e de R\$1.232 (controladora).

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

23. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas de seguros são determinadas e contratadas em bases técnicas, consideradas pela Administração como sendo suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado.

As modalidades / riscos contratados e as respectivas coberturas estão assim relacionadas:

	31.12.2018	
	Consolidado	Controladora
P & I (Protection and Indemnity) - danos ambientais	3.874.800	3.874.800
Riscos operacionais e containers arrendados (*)	135.618	135.618
Casco e máquinas (embarcações afretadas a casco nu)	629.655	314.828
Responsabilidade civil (operador portuário / logístico) (*)	96.870	96.870
Lucros cessantes	21.805	-
D&O (Responsabilidade civil diretores e gestores)	70.000	70.000
Shipowners Liability (SOL)	19.374	19.374
Responsabilidade civil (operador portuário / logístico-empregador) (*)	3.875	3.875
Responsabilidade civil (operador portuário / logístico-danos morais) (*)	1.937	1.937
Seguro fiança judicial	25.796	22.193
Transporte - RCTR-C	8.000	8.000
Transporte - RCF-DC	8.000	8.000
Estagiários - Capital Uniforme*	14.000	14.000

Diretores - 20 vezes o salário limitado**

mínimo de R\$ 809 mil e ao
máximo de R\$ 1.749

mínimo de R\$ 708 mil e ao
máximo de R\$ 1.749 mil

Funcionários - 20 vezes o salário limitado**

mínimo de R\$ 5 mil e ao
máximo de R\$ 420 mil

mínimo de R\$ 5 mil e ao
máximo de R\$ 420 mil

*Para cada apólice de seguro, existe um limite único para os terminais.

**As garantias de Morte e Morte Acidental se acumulam.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- Categoria de instrumentos financeiros**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa; e Depósitos retidos	27.126	65.176	22.273	59.894
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas	155.513	175.298	130.690	136.650
Contas a receber por alienação de direitos contratuais	3.050	17.758	3.050	17.758
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	68.772	51.655	68.772	51.655
Outros	1.824	1.824	1.316	1.316
	<u>256.285</u>	<u>311.711</u>	<u>226.101</u>	<u>267.273</u>
Passivos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Fornecedores	103.064	117.221	69.052	73.988
Partes relacionadas	-	-	46.448	41.078
Financiamentos e empréstimos	1.258.324	1.249.984	1.057.997	1.170.776
Obrigações com debêntures	-	20.122	-	20.122
Concessões portuárias a pagar	4.415	5.201	-	-
	<u>1.365.803</u>	<u>1.392.528</u>	<u>1.173.497</u>	<u>1.305.964</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

Segue a abertura consolidada dos ativos e passivos financeiros por seu valor justo e contábil:

	Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado:				
Caixa e equiv. de caixa, Depósitos retidos e Aplic. financeiras	27.126	27.126	65.176	65.176
Contas a receber de clientes	155.513	155.513	175.298	175.298
Contas a receber de clientes por alienação de direitos	-	-	17.758	17.758
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	68.772	68.772	51.655	51.655
Outros	1.824	1.824	1.824	1.824
	<u>253.235</u>	<u>253.235</u>	<u>311.711</u>	<u>311.711</u>
Passivo financeiro ao custo amortizado:				
Fornecedores	103.064	103.064	117.221	117.221
Financiamentos e empréstimos	1.258.324	1.258.324	1.249.984	1.249.984
Obrigações com debêntures	-	-	20.122	20.122
Concessões portuárias a pagar	4.415	4.415	5.201	5.201
	<u>1.365.803</u>	<u>1.365.803</u>	<u>1.392.528</u>	<u>1.392.528</u>

- Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos conforme a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poors (S&P).

No quadro a seguir, apresentamos os ratings em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as instituições financeiras com as quais tínhamos operações em aberto em 2018:

Instituição Financeira	Ratings	
	Moody's	S&P
Banco do Brasil	Ba3	BB
Banco Bradesco	Ba3	BB
Deutsche Bank	A3	A-
Itaú Unibanco	Ba3	BB
Banco Safra	Ba3	BB
Banco Santander	A3	A-
Pine	BB	B
Votorantim	Ba3	BB

- Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

a) Risco de mercado

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

b) Risco cambial

A parcela dos financiamentos e operações de *lease* atrelados à moeda externa (Dólar), no montante de R\$333.933 (R\$277.387, em 2017), corresponde a 27,8% (22,2% em 2017) da dívida da Companhia; o efeito cambial decorrente é mínimo no vencimento do endividamento no curto e médio e longo prazos.

c) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros relacionada à variação da TJLP, cujo financiamento em 2018 é de R\$475.536 (em 2017 é de R\$450.916).

A Companhia, em 2018 e em 2017, não tem contratado derivativos para fazer *hedge* contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias a serem adotadas.

d) Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre suas dívidas demonstrando os eventuais impactos no exercício de 2018, com base em premissas disponíveis no mercado. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes: dólar 3,74, TJLP 7,03%a.a. e CDI 6,50%a.a..

	Consolidado	Controladora
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	-	-
.Juros	-	-
.Variação cambial	-	-
No resultado financeiro :	74.517	65.840
.Juros	87.224	75.902
.Variação cambial	(12.707)	(10.062)

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado					
	TOTAL	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	103.064	67.739	16.633	18.555	137	-
Financiamentos e empréstimos	1.258.324	5.878	11.756	52.900	740.621	447.169
Concessões portuárias a pagar	4.415	52	153	418	3.115	677
	<u>1.365.803</u>	<u>73.669</u>	<u>28.542</u>	<u>71.873</u>	<u>743.873</u>	<u>447.846</u>

	Controladora					
	TOTAL	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	69.052	53.814	10.352	4.858	28	-
Partes relacionadas	46.448	22.045	-	-	24.403	-
Financiamentos e empréstimos	1.258.324	4.492	8.984	40.430	678.041	526.377
	<u>1.373.824</u>	<u>80.351</u>	<u>19.336</u>	<u>45.288</u>	<u>702.472</u>	<u>526.377</u>

O quadro abaixo demonstra em detalhes o prazo de vencimento para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado					
	TOTAL	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e bancos e Depósitos retidos	7.566	7.566	-	-	-	-
Aplicações financeiras	19.560	19.560	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	155.513	115.261	11.653	11.850	16.749	-
	<u>182.639</u>	<u>142.387</u>	<u>11.653</u>	<u>11.850</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora					
	TOTAL	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e bancos e Depósitos retidos	4.832	4.832	-	-	-	-
Aplicações financeiras	18.506	18.506	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	118.110	98.464	10.192	9.454	-	-
Partes relacionadas	12.580	2.224	1.552	8.804	-	-
	<u>154.028</u>	<u>124.026</u>	<u>11.744</u>	<u>18.258</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

f) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral permanece inalterada desde 2017.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos detalhados na nota explicativa nº 14, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa) e o patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e participação de não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 19).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

g) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

h) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros na data-base 31 de dezembro de 2018 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que consideram julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos.

Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Financiamentos e empréstimos - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES e outras instituições financeiras, parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo.

i) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08

A Companhia apresenta a seguir informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o exercício de 2018 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações previstas para 31 de dezembro de 2018: dólar 3,74, TJLP 7,03% e CDI 6,50% a.a.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários na Companhia no exercício de 2018 seriam os seguintes:

	Consolidado		
	Cenário base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	-	-	-
.Juros	-	-	-
.Variação cambial	-	-	-
No resultado financeiro :	74.517	180.084	285.651
.Juros	87.224	104.655	122.086
.Variação cambial	(12.707)	75.429	163.565
	Controladora		
	Cenário base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	-	-	-
.Juros	-	-	-
.Variação cambial	-	-	-
No resultado financeiro :	65.840	150.657	235.472
.Juros	75.902	90.925	105.947
.Variação cambial	(10.062)	59.732	129.525

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

25. LAJIDA (EBITDA)

O EBITDA é um indicador calculado e apurado a partir (i) do lucro ou prejuízo líquido do período acrescido e/ou diminuído (ii) do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, (iii) do resultado financeiro líquido e (iv) da depreciação e amortização, do período.

A administração da Companhia utiliza o LAJIDA (EBITDA) ajustado para avaliar a contribuição e o desempenho do negócio multimodal de carga e para auxiliar no processo de tomada de decisões. O LAJIDA (EBITDA) ajustado não está previsto nas normas internacionais de contabilidade – IFRS. Além disso, o LAJIDA (EBITDA) ajustado não deve ser base de comparação com o divulgado por outras empresas e não deve ser considerado como substituto a qualquer outra medida calculada de acordo com o IFRS. A administração apresenta o LAJIDA (EBITDA) ajustado como uma informação adicional sobre a rentabilidade e deve ser considerada em conjunto com outras medidas e indicadores de desempenho para um melhor entendimento sobre o desempenho da Companhia.

A Log-In divulga o LAJIDA (EBITDA), conforme faculta a Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012, ajustado por itens como resultados não recorrentes e *impairment* de ativos, conforme quadro abaixo.

RECONCILIAÇÃO DO LAJIDA (EBITDA) AJUSTADO:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício ⁽¹⁾	6.074	(606.869)	6.002	(606.874)
IRPJ/CSLL ⁽¹⁾	(3.412)	(46.043)	(39.073)	(46.732)
Resultado financeiro, líquido ⁽¹⁾	131.673	153.234	145.116	137.912
Depreciação e amortização ⁽²⁾	63.714	57.009	36.420	36.479
LAJIDA (EBITDA)	198.049	(442.669)	148.465	(479.215)
Recuperação de débitos fiscais referente créditos PIS/COFINS ⁽¹⁾	(38.257)	(4.794)	(4.267)	(4.794)
Perdas estimadas com Construção Naval (<i>impairment</i>) ⁽¹⁾	-	502.928	-	502.928
Resultado líquido com alienação de ativos ⁽¹⁾	(12.096)	32.665	(12.096)	32.665
Operação descontinuada ⁽¹⁾	-	(21.820)	-	(21.820)
Perdas estimadas - construção naval (provisão garantia EISA) ⁽¹⁾	-	2.140	-	-
LAJIDA (EBITDA) AJUSTADO	147.696	68.450	132.102	29.764

Nota: ⁽¹⁾ Vide DRE Consolidada

⁽²⁾ Vide DFC Consolidada

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida registrada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita operacional bruta	1.074.439	953.180	716.953	747.519
Receita de fretes:	864.619	744.317	675.066	694.323
Mercado interno	510.067	466.640	509.188	417.769
Mercado interno - reclassificado para resultado mensurado com ativos não circulantes (bens) alienado	-	(23.063)	-	(23.063)
Mercado externo	354.552	300.740	165.878	299.617
Receita de serviços:	209.820	208.863	41.887	53.196
Mercado interno	83.958	81.521	41.237	38.126
Mercado externo	125.862	127.342	650	15.070
Impostos sobre vendas	(97.006)	(83.421)	(80.657)	(70.248)
Impostos sobre vendas - reclassificado para resultado mensurado com ativos não circulantes (bens) alienado	-	2.413	-	2.413
	(97.006)	(81.008)	(80.657)	(67.835)
Receita operacional líquida	977.433	872.172	636.296	679.684

27. CUSTO DOS FRETES E SERVIÇOS

Os custos dos fretes e serviços prestados referentes aos exercícios findos em 2018 e em 2017 estão assim representados:

Pessoal e encargos	(59.274)	(59.454)	(25.058)	(30.652)
Benefícios	(17.267)	(17.414)	(6.803)	(8.120)
Material	(12.654)	(10.186)	(5.192)	(6.401)
Óleo combustível e gases	(80.874)	(55.194)	(76.982)	(52.708)
Afretamento, locações e arrendamento :				
.com transportes graneis e containers	(47.689)	(76.224)	(106.105)	(27.809)
.com transportes veículos Mercosul	(220.342)	(205.909)	(608)	(205.909)
Serviços contratados	(313.096)	(275.426)	(276.450)	(245.301)
Custos de fretes e serviços reclassificados para resultado mensurado com ativos não circulante mantidos para venda	-	(970)	-	(970)
Depreciação e amortização	(52.340)	(45.967)	(25.101)	(25.463)
Outros	(40.024)	(41.108)	(21.487)	(27.755)
	(843.560)	(787.852)	(543.786)	(631.088)

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

28. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS RECONHECIDAS NA DEMONST RAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas (despesas) operacionais reconhecidas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 estão apresentadas conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Administrativas e comerciais - despesas:				
Pessoal e encargos sociais	(23.975)	(23.288)	(21.983)	(21.196)
Benefícios	(4.814)	(4.743)	(4.658)	(4.713)
Despesas de depreciação e amortização	(11.374)	(11.042)	(11.319)	(11.016)
Locações, consultoria, serviços públicos e marketing/comunicação	(7.821)	(8.514)	(7.537)	(7.954)
Serviços contratados e outros	(21.290)	(23.087)	1.814	(11.729)
Materiais de consumo	(100)	(284)	(100)	(284)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(2.570)	(4.010)	(2.302)	(3.801)
	<u>(71.944)</u>	<u>(74.968)</u>	<u>(46.085)</u>	<u>(60.693)</u>
Receita com subvenção-AFRMM aplicados	31.341	23.116	31.341	23.116
Parcela subvenção AFRMM reclassificada para resultado mensurado com ativos não circulantes mantidos para venda	-	(200)	-	(200)
	<u>31.341</u>	<u>22.916</u>	<u>31.341</u>	<u>22.916</u>
Reversão (constituição) de provisões para contingências	7.025	(1.596)	(66)	(956)
Receita com recursos outras subvenções de créditos fiscais	2.296	-	2.296	-
Provisão para despesas administrativas	(13.529)	(14.696)	(9.767)	(9.765)
Provisões para perdas estimadas com recebíveis	(2.166)	(6.094)	(1.451)	(4.703)
	<u>(15.695)</u>	<u>(20.790)</u>	<u>(11.218)</u>	<u>(14.468)</u>
Resultado líquido proveniente de alienação de ativos não circulantes (bens)	-	(32.665)	-	-
Recuperação de créditos fiscais	38.257	4.794	4.267	4.794
Outras despesas, líquido	(2.914)	(581)	(1.868)	(400)
	<u>35.343</u>	<u>4.213</u>	<u>2.399</u>	<u>4.394</u>
Participação nos lucros de controladas e coligada	-	-	28.772	(34.375)
	<u>(11.634)</u>	<u>(102.890)</u>	<u>7.439</u>	<u>(83.182)</u>

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

29. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2017
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.368	2.780	1.208	2.659
Ganhos com operações de swap	-	55.726	-	55.726
Juros incidentes sobre tributos a recuperar	46.191	5.859	289	5.859
Juros e comissões	820	764	794	745
Juros diferidos sobre alienação de bens	-	93	-	93
Outras	350	296	326	297
	48.729	65.518	2.617	65.379
Variações monetárias e cambiais	17.827	34.222	2.727	3.027
	66.556	99.740	5.344	68.406
Despesas financeiras:				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(105.642)	(110.332)	(91.726)	(99.533)
Encargos com operações de swap	-	(77.639)	-	(77.639)
Encargos com operações de debêntures	(189)	(1.601)	(189)	(1.601)
Encargos sobre empréstimos (mútuo) com partes relacionadss	-	-	(995)	(1.349)
Imposto sobre operações financeiras-IOF e sobre liquidação de operações de <i>Swap</i>	(2.382)	(4.732)	(1.980)	(3.994)
Encargos incidentes sobre obrigações tributárias	(2.383)	(5.515)	(2.800)	(4.767)
Juros de contingências (trabalhistas, cíveis e fiscais)	(2.744)	(4.221)	(511)	(505)
Juros e comissões	(11.893)	(10.938)	(6.040)	(6.770)
Outras	(4.366)	(5.057)	(1.470)	(4.908)
	(129.599)	(220.035)	(105.711)	(201.066)
Variações monetárias e cambiais	(68.630)	(32.939)	(44.749)	(5.252)
	(198.229)	(252.974)	(150.460)	(206.318)
Resultado financeiro líquido	(131.673)	(153.234)	(145.116)	(137.912)
As variações monetárias e cambiais são assim representadas:				
Variações monetárias e cambiais ativas	17.827	34.222	2.727	3.027
Variações monetárias e cambiais passivas	(68.630)	(32.939)	(44.749)	(5.252)
	(50.803)	1.283	(42.022)	(2.225)

MARCO ANTONIO SOUZA CAUDURO
Diretor-Presidente

GISOMAR F. DE BITTENCOURT MARINHO
Diretor Financeiro e de RI

MAURICIO TROMPOWSKY COSTA RAMOS
Diretor

MARCIO ARANY DA CRUZ MARTINS
Diretor

ANDREA SANTOS SIMÕES
Diretora

ILSON JOSÉ HULLE FILHO
Diretor

JOAQUIM SANCHES NETO
Contador - CRC.RJ - 35.481/O-6